

IMOCOP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.757.934/0001-84

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	2019		2018		Passivo	2019		2018	
	Nota					Nota			
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.616	106		Fornecedores		92		
Aplicações financeiras	6	3.129	2.993		Impostos e contribuições a recolher	11	116	579	
Contas a receber de clientes	7	639	576		Dividendos a pagar		793	820	
Outras contas a receber	8	6	5		Total do passivo circulante		1.001	1.399	
Total do ativo circulante		2.261	9.765		Passivo não circulante				
Ativo não circulante					Passivo fiscal diferido		44	44	
Operações de mútuo	11	37.376	37.376		Total do passivo não circulante		44	44	
Aplicações financeiras	6	24.510	15.100		Patrimônio líquido				
Outras contas a receber	8	733	773		Capital social		21.127	21.127	
Propriedade para investimento	9	5.038	4.799		Reserva legal		3.196	3.029	
Total do ativo não circulante		67.697	58.048		Reserva de retenção de lucros		43.988	41.612	
					Reservas de reavaliação		602	602	
					Total do patrimônio líquido	12	68.813	66.370	
					Total do passivo		1.045	1.443	
					Total do passivo e patrimônio líquido		69.958	67.813	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

Em 2017	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Lucro líquido do exercício	21.127	2.857	39.155	602	-	63.741
Reserva legal	-	172	-	-	3.449	3.449
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(172)	(172)
Retenção de lucro	-	-	2.457	602	(2.457)	(2.457)
Em 2018	21.127	3.029	41.612	602	-	66.370
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.336	3.336
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	167	-	-	(167)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(793)	(793)
Retenção de lucro	-	-	2.376	602	(2.376)	-
Em 2019	21.127	3.196	43.988	602	-	68.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo e tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras sociedades.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. **d. Mensuração de valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo. Tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e passivos ou ativos de mercado que são avaliados indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável o valor justo, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas daquele ativo ou passivo.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios anteriores nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional da venda de bens e locação é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de venda de bens puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não houver envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b. Receitas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras. **c. Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:** O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **d. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e, subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo quaisquer alterações no valor justo reconhecidas no resultado. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra de construção, incluindo tributos e despesas de aquisição, e o custo de aquisição. **e. Instrumentos financeiros:** (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O custo a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um custo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Um contrato de valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) **Desreconhecimento de um ativo financeiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do contrato de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial, o custo e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. (iii) **Desreconhecimento de um passivo financeiro:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos modificados do passivo são reconhecidos de forma substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **f. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **g. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. A propriedade de um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial pelo seu custo histórico. **h. Redução ao valor recuperável (Impairment):** A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda de um ativo, a Companhia considera o valor recuperável da UGC e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, a qual o ativo corporativo pertence em uma base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, então, se ainda houve perda remanescente para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*. **i. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2018. A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de abril de 2018. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao **A. CPC 47 - Receita de contrato com cliente:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para

determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecido na data de aplicação inicial (ou seja, em 1º de abril de 2018). Conseqüentemente, a informação apresentada em 31 de março de 2018 não foi representada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas. Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de suas receitas. **B. CPC 48 - Instrumentos financeiros:** (i) **Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** O CPC 48 relem, em grande parte, os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado, VJORA ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: **Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.** **Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir: **Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.** **Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados ao VJR. Isso inclui todos os saldos financeiros, derivativos. No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2019.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Classificação original de acordo com o CPC 48	Valor original	Valor original
			CPC 38	CPC 48
Aplicações financeiras	Valor justo	Valor justo	26.071	26.071
Banco - conta movimento	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	55	55
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	639	639
Operações de mútuo	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	37.376	37.376
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	779	779
Total de ativos financeiros			64.920	64.920

Passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Classificação original de acordo com o CPC 48	Valor original	Valor original
			CPC 38	CPC 48
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	92	92
Total de passivos financeiros			92	92

(i) **Impairment de ativos financeiros:** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base no modelo único de "perdas de crédito esperadas" para os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa, não foram identificados impactos relevantes, dados os ratings elevados das contrapartes. Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais. **j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: (i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de abril de 2019. O CPC 06 introduz mudanças de reconhecimento de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendatário reconhece um ativo e direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar; o CPC 06 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações existentes de arrendamento. A Companhia realizou uma análise dos arrendamentos/alguidas existentes em 31 de março de 2019 e não foi identificado nenhum impacto significativo. (ii) **IFRS 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao imposto de renda e contribuição social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela Autoridade Fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. A IFRS 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes de arrendamento. A Companhia realizou uma análise dos arrendamentos/alguidas existentes em 31 de março de 2019 e não foi identificado nenhum impacto significativo. (iii) **IFRS 9 - Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações nas IFRS 9):** Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28). **Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19):** Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - Várias normas. **Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS 17 - Contratos de Seguros.**

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco - conta movimento	55	106
Aplicações financeiras	1.561	-
Total	1.616	106

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados substancialmente a 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2019, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de prazos e benefícios de arrendamento. A Companhia realizou uma análise dos arrendamentos/alguidas existentes em 31 de março de 2019 e não foi identificado nenhum impacto significativo. **Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados substancialmente a 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário, com prazos de 1 a 2 anos (R\$ 24.178 remunerados a 98% em 31 de março de 2018).**

6. Aplicações financeiras

A Companhia possui o montante de R\$ 24.510 de aplicações financeiras em 31 de março de 2019, remunerados substancialmente a 98% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com prazos de 1 a 2 anos (R\$ 24.178 remunerados a 98% em 31 de março de 2018).

7. Contas a receber de clientes

	Nota	2019	2018
Clientes - Mercado interno		115	91
Partes relacionadas	11	524	485
Total		639	576

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 10. Os critérios para avaliação das "perdas de crédito esperadas" estão divulgados na Nota Explicativa nº 4 (i.B.i).

8. Outras contas a receber

	2019	2018
Venda de imóveis	631	631
Outros	148	147
Total	779	778
Não circulante		773

9. Propriedade para investimento

	Terrenos	Construções e benfeitorias	Imobilizações em curso	Total
Custo	3.380	1.657	-	5.037
Saldo em 2017	3.380	1.657	-	5.037
Saldo em 2018	3.380	1.657	-	5.037
Saldo em 2019	3.380	1.657	305	5.342
Depreciação	-	-	(172)	(172)
Saldo em 2017	-	-	(66)	(66)
Saldo em 2018	-	-	(238)	(238)
Saldo em 2019	-	-	(66)	(66)
Valor líquido contábil	-	-	(304)	(304)
Em 2018	3.380	1.419	-	4.799
Em 2019	3.380	1.353	305	5.038

A Companhia possui os seguintes imóveis mantidos como propriedade para investimento: Estação Experimental em Camamu - BA; Centro de Tecnologia em Piracicaba - SP; e Fazenda em Paulínia - SP, por meio de arrendamento mercantil operacional. Para as duas primeiras propriedades, o contrato de arrendamento foi renovado, passando a vigorar até 5 de agosto de 2028, para a Fazenda em Paulínia, o contrato vigente é de cinco anos, com opção de renovação para o mesmo exercício. Em um aluguel contigüente é cobrado. A Companhia construiu um Sistema de Combate a Incêndio da unidade

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)		
	2019	2018	2018
Receitas líquidas	14	3.129	2.993
Lucro bruto		3.129	2.993
Despesas administrativas	15	(400)	(105)
Outras despesas		(68)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		2.661	2.888
Receitas financeiras	16	1.520	1.863
Despesas financeiras		(9)	-
Resultado financeiro líquido		1.511	1.863
Resultado antes dos impostos		4.172	4.751
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(836)	(1.302)
Lucro líquido do exercício		3.336	3.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES (Em milhares de Reais)

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)	2019		2018	
	2019	2018	2018	2018
Lucro líquido do exercício	3.336	3.449	3.336	3.449
Resultado abrangente total		3.336		3.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)	2019		2018	
	2019	2018	2018	2018
Lucro líquido do exercício	3.336	3.449	3.336	3.449
Ajustado por:				
Depreciação	66	66	66	66
Varições nos ativos e passivos				
(Aumento) aplicações financeiras	(332)	(2.307)	(332)	(2.307)